



Formação histórica e territorial do município de Aparecida – PB

Formation history and territorial the municipality of Aparecida - PB

Francisco Tales da Silva¹, Alan Dél Carlos Gomes Chaves², Ricardo Ricelli Pereira de Almeida³, Rodolfo de Abreu Carolino⁴,
Josias de Castro Galvão⁵.

RESUMO – A presente revisão traça o perfil socioeconômico e histórico do município de Aparecida-PB, para compreender as mudanças ocorridas ao longo do tempo e do espaço, na formação da população e do território do município. Esse levantamento bibliográfico teve como objetivo, avaliar os impactos sociais e econômicos decorrentes da implantação e criação do município de Aparecida e o seu desenvolvimento e acesso a políticas públicas do Governo Federal de concessão de crédito a agricultura familiar. Neste caso específico aos agricultores camponeses do assentamento Acauã e os agricultores familiares que exploram os lotes destinados a colonos irrigantes no Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa (PIVAS), no município de Aparecida-PB. Essas duas áreas possuem destaque no município de Aparecida: o assentamento Acauã pela sua história de luta e conquista pelo acesso a terra, e o PIVAS por ser uma área de irrigação criada com os investimentos dos governos Federal e Estadual, considerada promissora para o crescimento econômico no setor agrícola do Estado da Paraíba.

Palavras - chave: Políticas públicas, impactos sociais, crédito, agricultores e terra.

ABSTRACT - This review outlines the socioeconomic and historical profile of the city of *Aparecida-PB*, seeking to understand the changes occurring over time and space in the formation of the population and the municipal territory. This bibliographic study aims to evaluate the social and economic impacts arising from the implementation and creation of the city of *Aparecida* and its development and access to public policies of the federal government granting loans to family farming. In this specific case the peasant farmers of *Acauã* settlement and family farmers who exploit scheduled for irrigation settlers in the Irrigated Perimeter Wetlands *Sousa* (waterbuck), in the city of *Aparecida-PB*. These two areas have featured in the city of *Aparecida*: the *Acauã* settlement for its history of struggle and achievement for access to land, and waterbuck to be an irrigation area created with investments from federal and state governments, considered promising for economic growth in the agricultural sector of the state of *Paraíba*.

Key words: Public policy, social impacts, credit, farmers and land.

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 21/02/2014; aprovado em 12/12/2014

¹Graduado em Geografia – CFP/UFCG; Fone: (83) 99298668; E-mail: t.silva_@outlook.com

²Mestre em Sistemas Agroindustriais – CCTA/UFCG; Fone: (83) 96589908; E-mail: alan.delcarlos@hotmail.com

³Graduado em Engenharia Ambiental – CCTA/UFCG; Fone: (83) 99009003; E-mail: ricelli2008@bol.com.br

⁴Graduado em Odontologia – CSTR/UFCG; E-mail: rodolfoor@yahoo.com.br

⁵Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fone: (83) 93627465; E-mail: josiascastro@uol.com.br

INTRODUÇÃO

De acordo com Filho e Oliveira (2002), o município de Aparecida começou a ser ocupado por volta de 1927. As primeiras casas situavam-se próximas ao Rio do Peixe, formando um pequeno vilarejo, tendo como ponto de comércio uma grande latada (cobertura feita de palhas de carnaúba ou coqueiro). Nesta época, a vila era denominada de “canto” por se localizar no limite da fazenda Gado Bravo dos proprietários Tiburtino Sá, sendo adquirido posteriormente por Antônio Amâncio Pires.

Apresentamos o município de Aparecida, fazendo um breve resumo de sua história, como se deu a ocupação e sua formação socioeconômica e territorial. Em seguida, destacamos sua localização geográfica e as características naturais, contendo ainda uma breve apresentação das principais características atuais da economia local.

Caracterizamos também os indicadores sociais do município a partir das informações do censo demográfico segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, considerando os dados demográficos, educação e saúde. O intuito é evidenciar as mudanças que estão em curso e alteram o modo de vida do homem do campo. Torna-se necessário, fazermos um resumo histórico do município e sua formação, mostrando as principais mudanças ocorridas nas últimas décadas e que compõe o cenário, na atualidade, de uma região marcada pela concentração da terra e das desigualdades sociais no campo que marcam/marcaram a história da relação da sociedade com o espaço.

Histórico do município e sua emancipação política

A cidade de Aparecida recebeu esse nome tempos depois em homenagem a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, padroeira do Brasil. O município está situado próximo à junção dos rios do Peixe com o Rio Piranhas. Suas terras foram doadas por herdeiros de João Batista da Silva ao Patrimônio da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, localizada na então cidade de Sousa- PB.

Em 1961, o município de Aparecida tornou-se cidade, porém esse título durou poucos dias. No dia 15 de dezembro do mesmo ano, a Assembleia Legislativa aprovou o Decreto nº 477/61, originário do projeto de Lei nº 473/61, criando o município de Aparecida. Entretanto, em 1962, o então governador do Estado da Paraíba, Pedro Moreno Gondin, recusou a Lei de emancipação da cidade de Aparecida e vetou o decreto. No dia 08 de janeiro do mesmo ano, o município de Aparecida foi elevado à categoria de Distrito do município de Sousa, através da Lei Estadual de Nº 2.759/62. Décadas depois foi criada a lei de nº 5.896 de 29 de abril de 1994, sendo publicado no Diário Oficial do Estado em 5 de maio do mesmo ano, o desmembramento do Distrito de Aparecida da cidade de Sousa. Com essa Lei, o município de Aparecida pôde ter autonomia e realizar sua primeira eleição municipal que aconteceu no dia 3 de outubro de 1994 para compor o poder Executivo e Legislativo.

O município é reconhecido por seu valor histórico, abrigando o conjunto arquitetônico e histórico da fazenda Acauã, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional. Patrimônio esse que representa grande importância histórica para a história do Estado da Paraíba e principalmente para o Sertão.

No início do século passado, a Fazenda Acauã por sua importância econômica e política foi cortada pela Estrada de Ferro que ligava os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, ganhando a estação de passageiros e cargas, de onde era escoada toda a produção algodoeira da região. Mais tarde chegou a possuir uma indústria de beneficiamento de algodão e oiticica.

O município de Aparecida está localizado, segundo o IBGE, na região Oeste da Paraíba, limitando-se a Oeste com Sousa, ao Sul São José da Lagoa Tapada, a Leste com São Domingos de Pombal e ao Norte com São Francisco. Ocupa área de 295 Km², possuindo uma população, segundo o Censo Demográfico 2010 do IBGE, de 7.676 habitantes. O acesso à capital João Pessoa se dá pela BR 230 que distancia desse município em cerca de 409 Km.

Aspectos naturais

Segundo dados da CPRM (Serviço Geológico do Brasil, 2005), o município de Aparecida está inserido no denominado “Polígono das Secas”, compondo um tipo de clima quente e seco, de acordo com a classificação de (Koppen), com temperaturas elevadas durante o dia e amenas à noite, sendo, portanto suas oscilações térmicas entre 23° a 30° C. Assim como nos demais municípios da região semiárida, o regime pluviométrico do município é irregular, com médias anuais de 920 mm/ano. As chuvas concentram – se nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março, e ocasionalmente, Abril. Esse período chuvoso costuma ser chamado pelos sertanejos de inverno. Assim, os demais meses do ano apresentam o período de estiagem, comumente chamado de seca, tendo como ponto mais extremo os meses de setembro a novembro com aumento de temperatura.

O fenômeno natural da seca na região a torna conhecida nacionalmente através da mídia televisiva, escrita, etc., como a região pobre e problemática do país. A classe política atribui ao clima às causas da pobreza e do subdesenvolvimento da região, encobrindo as relações capitalistas contraditórias que se dão nesse espaço.

O município está localizado na região que predomina o solo cristalino, possuindo as seguintes características, segundo CPRM (2005). São resultantes da desagregação e decomposição das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria do tipo Podzólico Vermelho-Amarelo de composição areno argilosa, tendo-se localmente latossolos e porções restritas de solos de aluvião.

Por estar localizado numa área de domínio de solos cristalino, há predominância de áreas pedregosas e solos rasos, onde a capacidade de armazenamento de água no subsolo é limitada, com exceção das áreas sedimentares localizadas nas margens dos rios que possuem solos mais profundos.

A característica hidrológica está interligada com o regime pluviométrico que apontam para um déficit hídrico, e como consequência disso os seus rios e riachos são intermitentes. O município é margeado pelos rios do Peixe e Piancó que possibilitam o desenvolvimento de prática agrícola em suas margens.

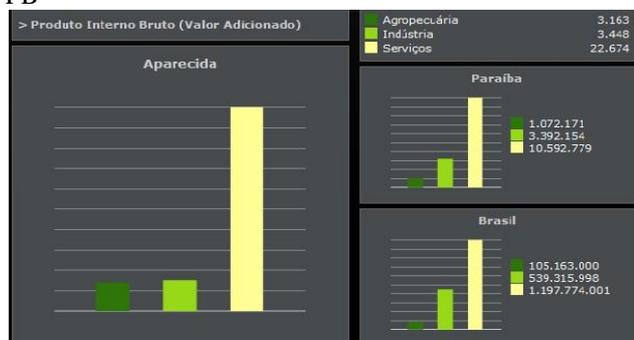
No município a vegetação caatinga, típica xerófila, onde se destaca a presença de cactáceas, arbustos e árvores de pequeno e médio porte. É uma vegetação totalmente adaptada às características do clima desse bioma.

A espécie nativa do bioma caatinga indicadora de áreas susceptível a inundações próximas aos rios e riachos é a palmeira carnaúba (*Copernicia prunifera*). Essa espécie de palmeira merece destaque no município por representar a possibilidade de renda para as famílias de baixa renda, pois dela se faz a extração das folhas para o artesanato de vassouras, chapéus e outros artefatos de palha, o pó retirado durante o artesanato também possui um valor comercial e o seu tronco é muito usado na construção civil nas casas de famílias de baixa renda. A sua exploração gera assim, portanto complemento de renda para as famílias. Devido a essas utilidades ela ganhou o título de árvore da vida, justamente pelas muitas utilidades que a elas podem ser atribuídas.

Economia

Segundo o IBGE (2009), a economia do município possui o Produto Interno Bruto (PIB), dividido nos seguintes setores: agropecuária, indústrias e serviços.

Figura 01: Produto Interno Bruto do município de Aparecida - PB



Fonte: IBGE (2010).

Com a maior participação e destaque da atividade econômica, o setor de serviços, é o que mais emprega e aquece a economia do município, entre os quais podemos colocar: o comércio, o artesanato que possui um fator positivo e característico do município, com um número significativo de lojas e pontos de artesanatos em especial o popular e conhecido “Shopping das Redes”, ponto de comercialização em que reúne os trabalhos dos artesãos de várias partes do município. Outra prestação de serviço se dá pelo o setor público municipal que emprega número significativo de pessoas na cidade. Conforme o gráfico o maior setor que move a economia do Brasil é o setor de serviços.

Em segundo lugar, destacam-se as indústrias do município. O recém-criado setor industrial começou a dar seus primeiros passos em 2002 com a criação de uma indústria de pequeno porte de calçados e materiais esportivos. Tal indústria contava com vinte e quatro funcionários. Segundo Moutinho (2003 p, 11), a criação dessa indústria foi impulsionada por incentivos do governo do Estado que visava a industrialização dos pequenos municípios (frequentemente influenciados pelas estiagens). Para o funcionamento desta indústria, foi necessária a construção de um amplo galpão em forma de comodato para colocar as máquinas e equipamentos. Foi necessário também uma capacitação da mão-de-obra, uma vez que esse tipo de trabalho não exige muitas “habilidades”. O município ainda conta com fábricas de olarias que

contribuem com a sua economia, gerando emprego e renda, já que a construção civil está em alta em todo o país.

O terceiro setor que movimenta o PIB do município é o agropecuário, segundo censo agropecuário de 2010, o município possui 217 unidades agropecuárias, perfazendo um total 12.051 estabelecimentos agropecuários. Os principais dados agropecuários do Município, segundo o censo agropecuário do IBGE 2010. Em que merece o destaque econômico para a pecuária, que possui um rebanho bovino de 5 466 cabeças, desse total, tem-se 1.155 vacas, produzindo uma quantidade 1.764 litros de leite por dia, que abastece o próprio município e as indústrias de laticínios da cidade de Sousa. Quanto aos Caprinos, o município possui um total 690 cabeças, destinada ao consumo de carne, sendo esse dois os maiores rebanhos do município.

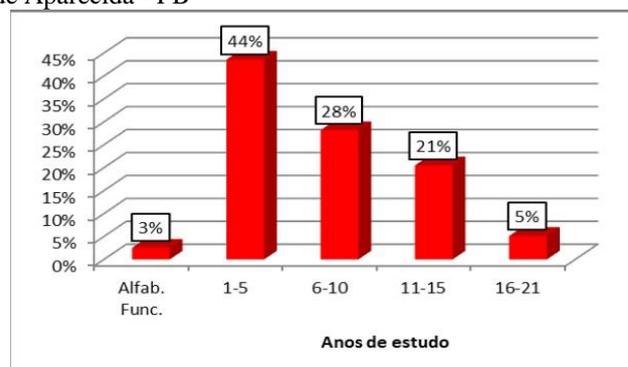
Na agricultura destacam-se as culturas do milho, feijão, arroz e da fruticultura, como: banana; coco; goiaba; laranja; limão, dentre outros em menor proporção.

Educação

No setor educacional, o município recebeu duas vezes o selo UNICEF, nos anos 2009 e 2012. Essa premiação é destinada aos municípios que possuem em suas políticas educacionais a promoção dos direitos da criança e do adolescente. Segundo o IBGE cidades, em 2009 o município de Aparecida possuía 1.248 alunos matriculados, sendo 228 matrículas na escola Estadual e 949 na rede municipal de ensino. O município também possui 128 crianças (de 3 a 5 anos de idade) matriculadas na pré-escola.

Em relação aos anos de permanência das crianças e jovens na escola do município de Aparecida, segundo Rufino e Gonçalves (2011) pode-se observar os dados obtidos em sua pesquisa no gráfico 02 a seguir do município.

Gráfico 02 – Escolaridade em Anos de Estudo no Município de Aparecida - PB



Fonte: RUFINO, Pesquisa FRS 2010.

Segundo o IBGE é considerado analfabeto funcional a pessoa que aprende a ler e a escrever, mas que esqueceu devido ter passado por um processo de alfabetização que não se consolidou, assinando só o seu próprio nome. O município possui índices 3% de analfabetos funcionais, é um percentual que pode ser considerado baixo se levarmos em conta os índices de alfabetização da região nordeste do país, que segundo Naoe (2012 p, 1/2) o analfabetismo na região Nordeste chega a 28% na população de 15 anos ou mais de municípios com até 50 mil habitantes. Em Aparecida as crianças de 1-5 anos de escolaridade representa um total de

44%, é uma taxa ainda modesta, pois equivale a crianças do município terem completado apenas ao fundamental I.

Um fator preocupante é que essa taxa de permanência das crianças e jovens na escola começa a decrescer consideravelmente entre 6 – 10 anos de escolaridade, representando 28% dos jovens que chegam a concluir ao fundamental II, tendo interrupção na vida escolar. Esse decréscimo continua conforme aumenta os anos de escolaridade. De 11-15 anos de escolaridade, existem 21% dos jovens que chegam a concluir o ensino médio e se preparam para ingressar no mercado de trabalho. Os jovens entre 16-21 anos de escolaridade correspondem apenas 5% dos jovens que chegam a um curso superior. Esse valor mínimo pode ser atribuído a diversos fatores que não caberão à discussão neste trabalho.

Conforme os dados apresentados pode-se concluir que o município ainda precisa avançar nos índices educacionais, tendo como desafio tornar a escola mais atrativa oferecendo meios e subsídios para que crianças e jovens possam permanecer nela e concluir seus estudos.

A esses fatores de desistência e interrupção da fase escolar, os autores da pesquisa apontam alguns elementos que ainda precisam ser melhorados: as estruturas físicas das escolas da zona rural; os meios de transportes escolares que fazem os deslocamentos dos alunos da zona rural para a urbana, entre outros. Para dar continuidade aos estudos, os estudantes da zona rural precisam se deslocar até a zona urbana, já que as escolas da zona rural oferecem somente o ensino fundamental I. Esse deslocamento acontece em transporte de condições precárias, geralmente, em carros de pau-de-arara (caminhões) e ônibus, com a capacidade acima do permitido por lei.

Saneamento básico

Em relação ao saneamento básico, o poder público oferece água tratada para os habitantes da zona urbana, através da empresa CAGEPA. Segundo dados do IBGE, o número de domicílios abastecidos é de 1.609 unidades. As comunidades da zona rural ficam desassistidas de acesso à água tratada para consumo humano. Para suprir essa necessidade os moradores da zona rural recorrem à exploração de água do subsolo, segundo o CPRM (2005.p 4), o município possui 75 pontos de captação de água do subsolo, destes, 01 escavado e 74 são tubulares.

A qualidade d'água da zona rural, segundo a mesma pesquisa, aponta a predominância de água salobra, tendo o seu uso para diversos fins: consumo humano, criação de animais e práticas agrícolas.

Em se tratando da coleta de resíduos sólidos, segundo o IBGE Cidades, na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico em 2008, o município apresenta apenas uma unidade de manejo de coleta de lixo pelos os catadores de resíduos sólidos na zona urbana, cuja prefeitura é a única executora, esses materiais são recolhidos e depositados em lixão a céu aberto, não existindo na sede do município a coleta seletiva.

Demográfico

Conforme dados do IBGE do Censo 2010, o município possui um número maior de população feminina, perfazendo um total de 3.880 mulheres, contra 3.796 da masculina, somando um total de 7.676 habitantes. Um ponto curioso

também no município é a concentração da população, pois a sua maioria concentra-se no campo, sendo 4.038 habitantes na zona rural contra 3.638 na zona urbana, como é possível observar no quadro 01 abaixo.

Quadro 01. Divisão por sexo e onde reside a população de Aparecida

HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL	TOTAL
3.796	3.880	3.638	4.038	7.676

Fonte: IBGE (2010)

É justamente esse modelo que o Governo Federal busca manter, é o que espera que aconteça, através de suas políticas públicas para a agricultura familiar. Possibilitar a permanência das famílias rurais no campo produzindo, consentindo que o agricultor familiar veja em sua propriedade rural meios de poder criar sua família com qualidade de vida e dignidade, sem ter que para isso migrar para os grandes centros urbanos do país.

Um Espaço Agrário Complexo

A região Nordeste do país é conhecida nacionalmente por ser uma das regiões brasileiras onde existe a maior concentração de grandes latifúndios nas mãos de poucos proprietários. Segundo Andrade (2005), é uma das características do processo de colonização dessa região e que ainda hoje guarda vestígios desse processo. Nessa mesma linha de pensamento, Urbelino (2001) coloca que a concentração e a privatização de terras no Nordeste foi uma das maiores da história. Essa grande concentração de terra no Sertão teve por mais de três séculos dominado pelo modelo econômico e de povoamento a pecuária extensiva. A partir do século XVIII, o algodão também começou a ocupar o Sertão, o que caracterizou o período conhecido como pecuário-algodoeiro. Sobre isso Moreira (1990, p. 09) diz que:

Nos fins do século XVIII, porém o crescimento e o progresso tecnológico industrial têxtil inglês aumentou o preço do algodão no mercado internacional e redefiniu a organização da produção colonial no Nordeste do Brasil.

Esse binômio gado/algodão predominou por longos anos na região Nordeste do país, impulsionando a economia dessa região e trazendo desenvolvimento para as cidades interioranas que foram surgindo ao longo das áreas onde se desenvolviam essas atividades, principalmente as de beneficiamento e comercialização da produção. Isso fez com que se intensificasse o processo de ocupação do alto sertão paraibano, conforme coloca Neto (2012, p. 05).

No sertão paraibano uma estrutura de gado e algodão policultura alimentar tradicional diversificada, sendo mais intensa na depressão sertaneja em áreas como Patos, Sousa e Cajazeiras, tornando-se mais fraca na região serrana do planalto da Borborema e alto Sertão paraibano.

Era característico desse modelo juntamente o binômio gado/algodão associado à prática da policultura, juntamente com o algodão em quem os reideiros plantavam entre as

carreiras de algodão outras culturas. Essa prática era de subsistência e tinha como culturas principais o milho e o feijão dentre outras culturas, que serviam de alimento e complemento da renda familiar.

Mas, esse período de desenvolvimento advindo com a cultura do algodão e sua exportação teve sua decadência com o fim da guerra de independência dos Estados Unidos (1776-1783), em que o país retoma o posto de maior exportador mundial para a indústria têxtil inglesa, a praga do bicudo nos campos de algodão como bem coloca Araújo (2012, p. 2/3).

Foi a praga do bicudo dos anos 80, que dizimando os algodoads, fez ruir o tripé histórico [...] Sem o algodão, a pecuária também sofreu, pois a alimentação do rebanho era obtida na fazenda a partir do restolho e do caroço do algodão desaparecem e os proprietários passaram a ter que comprar alimentos no mercado, onerando seus custos e prejudicando seus lucros.

Com o fim do período algodoeiro, a pecuária também sofreu o impacto, pois também era beneficiada, com os campos que eram abertos para plantar o algodão e após sua colheita colocavam-se os animais para pastar, e principalmente com o próprio beneficiamento do algodão que tinha como produto desse processo o restolho e o caroço que também triturado servia de alimento para o gado.

Houve, portanto, o declínio do período algodoeiro, mas permaneceu ainda a prática da pecuária extensiva em grandes extensões de terras concentradas nas mãos dos grandes fazendeiros. Essa concentração fundiária hoje possui uso e donos diferentes dos que das décadas passadas, pois agora são atribuídos novos valores à terra bem diferente de antes, como coloca Neto (2012, p. 05).

Os grandes proprietários são na maioria especuladores fundiários e monocultores ou usam a terra simplesmente enquanto status de poder político, representação do senhor de posses e mandatários político local que arrebanha a ideia de mando, controle político dos municípios com mandatos de prefeitos, vereadores, deputados estaduais e até fenderias, fazendo parte do jogo de poder que elege governadores de Estado, senadores de ministro da República, o campo, ou zona rural, ainda têm um forte significado político nas microrregiões do Estado da Paraíba.

Esses fatores que Neto coloca como a concentração de terra porventura seja um dos maiores causadores dos problemas sociais, políticos e econômicos para maioria dos paraibanos. Segundo o autor, a questão da concentração da terra é o principal motivo da pobreza no sertão nordestino e não deve ser atribuído apenas ao fenômeno climático, “a seca”, que é uma das características da região semiárida. Embora a classe política regional queira assegurar que seja esse fenômeno causador da pobreza e desigualdade nessa região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na revisão feita da história e dos atores sociais como educação, economia, aspectos naturais, saúde, saneamento e espaço agrário do município de Aparecida-PB, ao longo do

tempo, observaram-se duas realidades distintas, tanto no modelo de conquistas do acesso à terra e sua modificação deste seu povoamento a sua elevação a categoria de cidade. Embora a área estudada não possua muitas características diferentes quando comparada a municípios localizados no alto sertão paraibano.

Muitos foram os avanços ocorridos na região e no município de Aparecida com o acesso as políticas públicas que beneficiam a muitos com programas de distribuição de renda, acesso à educação e a saúde, e programas como PRONAF que busca oportunizar novas possibilidades para o agricultor familiar inovar e atender um público diverso, no município.

A luta pela qualidade de vida e melhoria para o homem da zona urbana e do campo tem apoio do Governo Federal, estadual e de ONG's, que possibilitam aos sertanejos, formas de convivência com o fenômeno da seca, garantindo produção e a qualidade de vida para o agricultor e sua família, a partir do fruto do trabalho no roçado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Economia do semiárido nordestino: a crise como oportunidade**. 2012. Disponível em: <http://www.coletiva.org>. Acesso em: 10/11/2012.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Projeto de Cadastro de fonte de Abastecimento por Água Subterrânea. **Diagnostico do município de Aparecida-** outubro / Org [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão et al. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Projeto de Cadastro de Fonte Abastecimento por Água subterrânea, estado da Paraíba. Disponível em:< www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/APAR010.pdf> Acesso em: 15/03/2014

FILHO, Laercio Ferreira de Oliveira, OLIVEIRA, Maria Alvanira de Azevêdo: **AspectoGeo -Históricos e Folclóricos do Município de Aparecida**. Acauã Produções Culturais. 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados básicos do município de Aparecida., 2010. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250077#>>Acessado em: 04/05/2014.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **História de Aparecida - PB**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em:> 20/05/2012.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Processo de ocupação do espaço agrário paraibano**. Textos UFPB/NDIHR N° 24 SET/1990. Disponível em: http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupac ao.html. Acesso em: 05/04/2012.

MOUTINHO, Lúcia Maria Goés. **Política de desenvolvimento industrial da Paraíba e em setor de calçados como alternativa de ocupação da mão-de-obra de baixa qualificação no município afetados pela seca**. VIII encontro nacional de estudos do

trabalho-ABET. Universidade de São Paulo-2003.
Disponível em:<
[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/D096772B08E9D72B03256FF20064E614/\\$File/NT000A705E.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/D096772B08E9D72B03256FF20064E614/$File/NT000A705E.pdf). Acessado em:> 20/10/2014.

NAOE, Aline. Analfabetismo no Brasil evidencia desigualdades sociais históricas. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. 10/02/2012. Disponível em: <http://www.comciencia.br/>. Acesso em: 09/05/2014.

NETO, Berlamino Mariano. **A produção do espaço agrário paraibano enquanto instância social**. 16/01/2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/> Acesso em: 05/05/2012.

RUFINO, Michele Numes. GONÇALVES, Alicia Ferreira. Desenvolvimento métodos avaliativos para o estudo de uma política social: A dinâmica dos indicadores locais. Numero 16- março de 2011. Pag 176-190. **CAOS-REVISTA ELETRONICA DE CIENCIAS SOCIAIS**.<Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/13.%20RUFINO,%20M.UFPB%20176-190.pdf>. >acesso em: 03/04/2012.

URBELINO, Ariovaldo Oliveira. **A longa marcha do camponato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. São Paulo 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v/5n43/v15n43a15.pdf>. Acesso em 12/04/2011.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**- São Paulo: Abril Cultura: Brasiliense, 1984.